

A importância das representações negativas e o caso português

¹ Esta opção temporal deve-se a três aspectos: a complexidade paradigmática dos acontecimentos destes dois séculos; a proximidade temporal, garantia da pertinência da actualidade e do seu conjunto de problemas cruciais; metodologicamente permite, num tratamento dos conceitos tematizados, uma maior objectividade na apresentação das ideias e respectivas manifestações práticas. Situamos também esta investigação na época contemporânea porque nunca como hoje os projectos utópicos adquiriram um significado que não é apenas contemplativo ou teórico, mas uma possibilidade efectiva de redefinição do mundo e da espécie através da genética, da dimensão global da economia, da redefinição das engenharias sociais e das potencialidades dos meios de informação e condicionamento comportamental.

Uma visão não unilateral da História, da Cultura e do Pensamento esquece de modo deliberado a importância das representações e percepções negativas, mas trata-se de uma dimensão constitutiva do nosso modo de estar e pensar. Esta é crucial nas estratégias de poder e nos seus mecanismos de dominação, fundamentação e legitimação. As crenças, os mitos e as utopias são os operadores determinantes na construção dessas imagens sobre nós e o Outro, na fabricação dos traços do inimigo e na afirmação de uma identidade por oposição.

Os movimentos políticos, as ideologias, afirmam-se pelo modo e eficácia como constroem esse negativo, veja-se na actualidade a pregnância dos conceitos de “Infiel” e “Terrorista” que cunham não apenas determinações objectivas mas mundividências.

O negativo encontra-se nas movimentações mais terríveis da afirmação de uma cultura, das suas doutrinas e sistemas, nas suas formações e deformações, julgamentos e sentenças. Estes processos expõem sempre o lado patológico e delirante das estratégias de domínio e a ausência necessária de lucidez e autoquestionamento que torna possível a acção tanto de cada sociedade como de cada homem. Muitos dos mitos fundadores são mais pródigos na caracterização negativa do Outro do que nos seus objectivos.

Detemo-nos na necessidade de uma investigação sobre o trabalho do negativo em Portugal no século XX, considerando os grandes movimentos, particularmente Ocidentais, e destacamos três momentos e um caso especial. No início do século, com a implantação da República, temos a Igreja e a Monarquia como objecto dessas representações, o progresso e as luzes opõem-se a uma imagem de obscuridade; com a tomada do poder por António Salazar, a ordem opõe-se às forças do caos; com o advento da Democracia, encontramos o desenvolvimento face às forças do atraso, a ideologia do progresso retorna, mas mais subtil e operacional e menos idealista. Portugal constitui mesmo um caso especial porque é fecundo em auto-representações negativas como traço identitário.

Este texto apresenta uma ideia de investigação, os seus pressupostos e o caso particular de Portugal como objecto privilegiado.

As representações e percepções do negativo não estão investigadas como um verdadeiro objecto. Encontramos abordagens do negativo em diferentes autores, disciplinas e perspectivas, mas são parcelares, situadas e por vezes demasiado teóricas. Não existe um trabalho específico sobre a sua história e significado. É necessário conduzir uma investigação que apresente os fundamentos dessa história inédita do pensamento e da cultura negativa, capaz de descrever os seus aspectos principais, constituição e justificação, e manifestações concretas particularmente nos séculos XIX e XX¹ em Portugal.

Este é um estudo sobre as tensões significativas das diferentes formas de construir um olhar sobre o Outro e sobre si mesmo. Circunscrevemos este domínio de modo idêntico ao utilizado pela arquitectura na caracterização do espaço, que permite uma outra compreensão da forma. O espaço positivo é o objecto principal e o espaço negativo a área ao redor do objecto. Este último define as arestas do espaço positivo e dá balanço e equilíbrio aos trabalhos e deve orientar a visão ao redor para dentro do espaço positivo.

Colocamos a hipótese de uma metodologia em negativo e sobre o negativo. O rigor da

circunscrição de um objecto também se obtém através do modo como é apresentado o que não é, não devia ser ou é anômalo. Primeiro, este é investigado a partir de si próprio e não de um sistema que já o catalogou; segundo, como conceito com capacidade operativa de interpretação do que somos e vivemos. Esta opção permite particularmente conhecer as linhas de força das posições ideológicas dominantes através daquilo que as nega, mas também por aquilo que essas posições querem excluir ou esquecer e porquê. Expor as figuras, imagens, acontecimentos e expectativas que suscitam essas práticas permite alcançar uma leitura fecunda sobre o nosso modo de estar. Não é só o centro que cria representações da periferia mas esta também que o faz em relação a esse centro.

Negativo pressupõe necessariamente um *Positivo*. Estas noções não expõem uma visão simplista ou maniqueísta e são escolhidas em detrimento de outras possíveis porque nos oferecem, de modo reconhecível, claro e directo, a estrutura principal das diferentes configurações que a experiência humana assume em diferentes épocas. Ambas constituem um fundamento ancestral da estrutura simbólica através da qual nos relacionamos com o mundo, perspectivamos o que somos e concebemos o passado, o presente e o futuro. São documentos teóricos e práticos da nossa identidade e do modo como a construímos. Estes conceitos expressam de um modo mais trabalhado as pulsões contraditórias entre o lado luminoso e o lado obscuro das nossas manifestações significativas.

Estas modalidades marcam uma distinção fundadora em relação a qualquer outra, estão na base de conceitos e ideais, palavras, imagens e actos, permitem descrever e compreender configurações de sentido, acepções do mundo e práticas, não apenas como constructos teóricos, pois têm o seu correlato nas formas sociais e histórico-psicológicas da nossa experiência. Crises, desequilíbrios e disfuncionamentos são estados do percurso normal das sociedades; estas clivagens têm causas internas e externas.

Estas noções fornecem quadros de pensabilidade do mundo e tipos diferentes de fundacionalidade para tornar inteligível a nossa experiência que cria sentido mas também vivencia a sua perda ou ausência. Necessitamos de justificações para enfrentar as ameaças reais e imaginárias, as quais surgem através de figurações e são apreendidas de modos diversos, mas não escapam originariamente a essa lógica binária; assim vemos e vivemos.

O positivo é a designação conceptual para designar o que se organiza sobre investimentos mútuos e identificações comuns, sobre uma comunidade de ideais e crenças, sobre um contrato narcísico e modalidades toleráveis de realizações de desejos; mas cada sociedade organiza-se também negativamente sobre uma comunidade de exclusões e divergências, sobre extinções, recalques e rejeições, sobre um “deixar de lado” e sobre restos. Se a adesão é um poderoso processo de vinculação ao mundo, a negação não o é menos, pois afirmamo-nos por aquilo que negamos. O civilizado e o bárbaro, o sedentário e o errante, o cristão e o selvagem, o normal e o louco, o filho e o pai, o Ocidente e o Oriente são manifestações de forças estruturantes da cultura e do psiquismo.

As estruturas do positivo e do negativo assumem diversos conteúdos e representações em cada época, moldam as nossas percepções e acções, têm elementos comuns a todas as épocas mas também traços específicos.

Desde o Renascimento que o positivo está delimitado na história como progresso, no agir como realização de sentido, no conhecimento como órgão fabuloso, na especialização do saber como ciência e na sua aplicação como técnica, na importância do futuro e na crença no homem. Mas os conteúdos do positivo enfrentam impasses decisivos e o consenso sobre o negativo oscila. Confrontamo-nos com sociedades que estão próximo de esgotarem os recursos naturais, produzimos e consumimos mais do que a terra pode dar, assistimos ao ressurgir de conflitos religiosos radicalizados, ao aumento das doenças psicológicas. A visão dominante da sociedade está alicerçada em pressupostos economicistas onde a qualidade de vida e evolução das sociedades estão indexadas a indicadores de consumo, preço do petróleo, subida de bolsas, etc. A economia é a nova teologia, a produção de sentido e poder tornou-se completamente descontrolada e a profundidade filosófica do sistema político esgota-se na notícia dos *media*.

É frequente as manifestações negativas nas sociedades contemporâneas serem integradas e por vezes promovidas como objecto dessa mesma cultura. Apesar do enfraquecimento dos seus fundamentos ideológicos, a cultura Ocidental consegue simultaneamente ser cada vez mais eficaz e absorver ou deixar exangue qualquer oposição. Esse mecanismo mercantil de incorporação destrói qualquer contestação ou marginalidade ao transformá-la e mesmo recriá-la em moda e modos de produção e consumo. Actualmente, através do fenómeno da globalização e da crença ainda subjacente de um bem-estar e progresso

irrecusáveis, assistimos a uma falsa abolição do negativo que constitui um forte credo do projecto utópico do totalitarismo benévolo e próspero de cariz democrático-económico. Por outro lado, a hegemonia das linhas de força da nossa matriz cultural, que pela sua universalidade, tolerância, liberdade, progresso económico, social e científico parecia permitir tudo o que negava a sua essência, como até integrá-las, confronta-se com poderosos acontecimentos que põem em causa esse estatuto. Surgem caminhos que apontam para a sua própria aniquilação antes mesmo da sua autodestruição. Há contudo um selo de autenticidade numa das direcções da cultura negativa que escapa a essa colonização aparentemente branda mas aniquiladora. Essa possibilidade não é uma irrupção marginal ou efémera, expressa uma longa duração e fixa-se no filão longínquo e coerente de todos aqueles que colocam reservas à legitimidade da existência.

O negativo é uma dimensão que a nossa constituição mental não dispensa. Numa acepção geral, um indivíduo, como um grupo, um estado, uma sociedade e uma civilização, afirma-se pelo que rejeita, exclui e diaboliza. Doutrina política, conteúdo axiológico, moral e ideológico, organização social, acontecimentos concretos, estado psicológico, manifestações artísticas são campos bem visíveis da sua presença teórica e prática.

A história é o relato de encontros e desencontros significativos, diferenças e reconhecimentos e está repleta de conflitos, incompreensões, violência, rejeições, adversários, inimigos e oposições. Essas expressões reflectem o modo de ser e estar humano, mas não são pura expressão, estão orientadas por perspectivas sobre o que somos, como devemos viver e podemos esperar. As respostas a essas questões balizam o nosso modo de ser e catalogam o nosso modo de estar, têm aplicações políticas e sociais, determinam mentalidades, hábitos, comportamentos e percepções.

O positivo é o conjunto de crenças e convicções que triunfam pela força da sua estratégia e do modo como conseguem gerar identificações e aceitações. As representações negativas têm a função de delimitar o que se afirma, domina, triunfa e oficializa, adquirindo uma legitimidade, frequentemente fundada em si mesma. Uma ideologia, um culto, uma prática, um código não vivem sem a circunscrição do seu negativo. Uma inteligibilidade ampla do que somos, dos nossos mecanismos de produção de legitimação de sentido, não dispensa uma compreensão da estruturação do negativo e dos seus conteúdos ou expressões situadas e históricas.

São lugares fundamentais da presença humana a relação com a sua solidão irredutível perante o mundo, tão básica e essencial como a relação com o outro. Esse dado é o início da nossa humanidade, experimentamos a animosidade e a inimizade, a cooperação e a amizade, a afronta e a ameaça. Esses sentimentos básicos transformam-se em relações colectivas, preenchidos pelos conteúdos das nossas ideias e crenças, e formam, mais do que pensamos ou queremos ser, aquilo que somos.

É sobre o nosso tipo de ancoragem primordial ao mundo (ser e estar) que declinamos essas expressões tão simples. Provavelmente já demasiado contaminadas para ainda dizerem alguma coisa que exceda querelas insolúveis, mas que pela sua naturalidade traçam de modo peremptório as nossas posições principais: perante si, os outros e o mundo. Estas determinam os modos como explicamos e orientamos a vida, preenchemos as expectativas e alicerçamos as crenças, verdades e convicções.

As dimensões positiva e negativa fundam-se nas experiências de estabilidade e instabilidade, daquilo que gratifica ou frustra. Primeiro, num plano experiencial e imediato, posteriormente no plano das representações e idealizações, ambas sustentam as opções estruturadoras das nossas imagens, expectativas e acções sobre o que é e deve ser o mundo e a vida.

Abolir o negativo é um sonho e desejo natural de uma espécie consciente, mas o negativo é. O que eram apenas experiências originais transformam-se em estrutura das nossas representações do mundo, de nós e do outro. A sua história enreda-se num conjunto de percepções e representações sobre o nocivo, o mal e o amaldiçoado e das suas consequências práticas, por vezes brutais, mas ainda humanas.

O que gera ou promete estabilidade e segurança, imediata ou futura, é preferível ao que se apresenta como ameaça. Identificação e pertença: são vividos como positivo – protecção, conservação, prosperidade –, são promessas do positivo. O negativo surge numa acepção comum como algo de nocivo, contraproducente, um menos de ser ou estar, uma menoridade ou ameaça e está envolto em preconceitos e estigmas, tacitismos, interesses e mesmo sentidos que são na verdade sem sentido. O cortejo dos seus sinónimos deixa perceber o sentido das suas associações possíveis: ilegítimo, falso, indesejado, privação,

obstáculo, nocturno, marginalizado, excluído, diabolizado e destrutivo. Tem figuras emblemáticas como o cismático, o herético, o proscrito, o impostor, o maldito, o inimigo, o estrangeiro. Conspiração, paranóia, demonização e delírios são processos e estratégias visíveis nessa ruptura instalada pela dimensão negativa. O que é contra e se apresenta como possibilidade de revolta ou insubmissão perante uma ordem estabelecida é o signo dessa negatividade. O positivo apresenta-se como o verdadeiro, o que vale a pena defender e propagar, é construtivo e aceite.

É irrecuperável o início dos conteúdos destas representações, a diferenciação entre ter ou não sentido, ser ou não legítimo, ser ou não real. Essa longa viagem conduz-nos certamente desde os genocídios em que foi pródigo o século XX até ao acto impuro. A diferença entre bárbaro e civilizado, fiel e infiel, eu e o outro não constitui dicotomias extintas pelo progresso da civilização, regressam revigoradas em cada tempo. A sua legitimação não é já apenas física ou psicológica ou cultural ou social ou ideológica, mas estratégia e manipulação sofisticada na junção de todas essas dimensões.

O negativo tem graus, usos e níveis de concretização. Indagar a sua origem e amplitude permite não só não reduzi-lo às suas dimensões culturais, políticas e sociais como compreendê-las melhor, pois é nelas que melhor encontramos as manifestações do negativo.

Num primeiro plano, a negatividade constitui um traço essencial das experiências fundadoras das construções humanas, particularmente da identidade e da relação. A diferença, o outro que se vive e se apresenta ou é apresentado como ameaça de um equilíbrio, de uma continuidade e realização, assume formas negativas. O que desestrutura ou o seu fantasma constitui a sua génese. A sua história é o conjunto das narrativas e experiências do mal-estar que irradia em todos os planos da existência e cabe particularmente aos movimentos de ideias captá-lo e atribuir-lhe um conteúdo e uma práxis. Representação, memória, desejo e expectativa são os seus operadores.

É longo o inventário da negatividade, desde uma dimensão mais metafísica como inaceitável e o incompreensível que perturba o modelo normativo de inteligibilidade, até ao modo mais simples da denegação concreta daquilo que me põe em perigo. O que se vive como irracional, inumano, imundo, abaixo do mundo, associa-se ao mal, é deste que se declina a hierarquia da degradação do inferior que é desvio e carece de torcionário para ser corrigido ou eliminado.

A falha, a cisão, a queda pertencem ao nosso património constitutivo e são expressões da origem de todas as malefícências. Essa negatividade constitutiva confronta-nos com o que não conseguimos apagar, quando muito apenas iludir. Esse menos de ser adquire com o tempo, na história das ideias e das suas representações, uma qualidade maléfica. Padre António Vieira dá-nos um magistral retrato do poder do não, que melhor seria não existir ou ter razão para tal, mas existe e é:

Por qualquer parte que o tomeis sempre é serpente, sempre morde, sempre fere, sempre leva o veneno consigo. Mata a esperança, que é o último remédio que a natureza deixou a todos os males. Não há correctivo que o modere, nem arte que o abrande, nem lisonja que o adoce. Por mais que o confeiteis um Non sempre amarga. Por mais que o doreis sempre é de ferro.²

Tomamos como acepções principais o que opõe e divide (o que se instala como negativo), o que é indesejado, rejeitado ou condenado (o que é rotulado como negativo) e detém uma intensidade que põe em perigo uma ordem estabelecida, um equilíbrio e implica uma mudança sob a figura de dano e perda. Esse é o carácter normal do negativo e num plano ideológico e social refere-se ao conjunto de ideias e actos que adquirem um significado político vivido pela cultura dominante e oficial como processos de desorganização e desestruturação com repercussões intoleráveis se bem sucedidas.

Há também um negativo de uma outra ordem, patológica, que apenas a psiquiatria, a teologia e a política podem e tentam circunscrever.

Todos os tempos têm as suas perseguições³, os seus anátemas, os guardiões da doutrina e da fé, as suas fogueiras, as suas ortodoxias e heterodoxias, os seus fiéis e cismáticos. A Inquisição é ainda uma boa metáfora para designar a necessidade de preservar uma doutrina, a importância de a defender, os excessos dessa defesa e a lógica que a preside. O processo, a sua instrução, a aplicação das penas, é um hábito mental e não apenas um relato de uma época. Cunhar o que é comum a essa estratégia, indagar essa necessidade

² *Sermão da terceira quarta feira da Quaresma.*

³ As perseguições laicas não são menos delirantes e radicais, vejam-se as justificações e perseguição aos Jesuítas e a toda a Igreja no advento da República.

humana, detalhar as suas práticas comuns ao tempo e ao espaço, detalhar porque a imaginação dos torcionários supera sempre qualquer realidade, é um trabalho que não está feito. Trata-se da história do ódio perante tudo o que cai sobre a acusação de inimigo e estranho e da necessidade de o reduzir à impotência.

O negativo apresenta-se como heresia. Embora esta designação se desfigure fora do contexto religioso, serve como metáfora de peso sobre as linhas de pensamento e acção opostas à cultura e pensamento oficial, ao seu sistema doutrinal organizado e ortodoxias. As ideias, práticas e doutrinas opostas às “verdadeiras” continuam a ser “falsas doutrinas”, “mentiras”, “deturpações”. Mesmo nas apregoadas sociedades abertas do Ocidente, esses mecanismos e estratégias são bem visíveis nos dispositivos de legitimação e cada vez mais subtis. A metáfora continua a servir a outras estruturas se recordarmos que os hereges constituíam uma ameaça à unidade e eram contrários à “Verdade” ensinada e contida nos “Textos Sagrados”, restando-lhes a pena máxima de “excomunhão”.

São manifestações negativas os actos de profanação dos sustentáculos de sentido que sacodem o homem dos seus próprios dogmas, sonhos e delírios. Atentar contra os fundamentos do que é vigente, triunfante e oficial é ser portador de uma eficácia negativa. Ora, somos seres dogmáticos por excelência, mas também a dúvida, a descrença e a desilusão pertencem ao nosso ser. Os rótulos de marginais, excluídos, proscritos, infames e malditos são o catálogo, ora nobre, ora vil, das traições imperdoáveis ao equilíbrio político e social.

A traição de uma ordem estabelecida tem graus de perigosidade. Se são atacadas apenas as ideias, as concepções mais gerais e abstractas, beneficia-se actualmente de uma condescendência não aplicável às consequências práticas que daí podem resultar. Uma história da contestação, mesmo que só metafísica, tem as suas formações e deformações materialmente violentas.

As relações entre os povos e no seu próprio interior, os hábitos, transformações, ideias e mudanças são o cerne dessas oposições entre um instituído, o que dá confiança, sentido, fundamento, e o que o põe em causa. As oposições e exclusões e as suas configurações são traços concretos e conceptuais e passíveis de perspectivas distintas sobre os mesmos acontecimentos. Estes dados não podem ser abolidos, a não ser nas lógicas delirantes de sistemas “perfeitos” e nos seus infernos comunitários, totalitários ou solipsistas. A erradicação do conflito, dos nossos limites e deficiências, pertence a esses sonhos perturbantes e letais. Expor esses delírios já pertence a uma complexificação do negativo como modalidade de pensamento que demonstra falta de respeito para com as nossas certezas, seguranças e convicções.

No negativo estão presentes uma dimensão mental constitutiva, invariáveis independentes dos seus conteúdos, um modo de inteligibilidade e relação. As consequências práticas, as acções, o modo como se concretiza em teorias e actos essa dimensão mental pertencem a uma história por fazer.

Esta investigação incide sobre os movimentos de ideias que estruturam as principais representações do mal, do negativo e do outro no Ocidente e em Portugal, e sobre os conceitos e argumentos que os sustentam e como foram justificados. Encontrar respostas fecundas permite clarificar os nossos mecanismos e estratégias formadoras das representações e percepções sobre o que somos e o modo como nos organizamos.

Os movimentos de ideias resultam de oposições mais fundantes que os conflitos ideológicos e políticos. As teorias, as doutrinas, as religiões são abstracções, momentos segundos que só adquirem pregnância onde o que se pensa e crê exige ser vivido e as ideias e fantasias se convertem em experiências. O negativo é uma operação explícita dessa conjugação. Não se trata de diferenciar a vida e as doutrinas sobre a vida, mas de dar conta dos lugares onde se matizam. São apenas essas ideias que nos interessam e consideramos fecundas.

Não podemos subsumir as representações do negativo aos conflitos e divergências de interesses políticos, temos de considerar também os conflitos sociais, militares, dinásticos, territoriais, étnicos, económicos e religiosos. Destacamos uma acepção ampla de ideologia como conjunto de crenças irrefragáveis e dogmas dos modelos dominantes sobre os domínios públicos e privados da vida, os seus significados, representações e símbolos que se apresentam como positivo, no sentido do que se afirma e vive como melhor e vantajoso. As oposições e os conflitos concretos vinculam, servem e são servidos por uma fundamentação ideológica, que não é mera abstracção, e no seu normal desenvolvimento autolegitima-se através de mundividências e exerce-se inclusive através da violência. Há um modo de pensar, ser e agir que é preferível ou apresentado como tal perante o que

é o seu oposto e se apresenta como ameaça – o negativo –. A memória, a identidade, a pertença e a diferença são também domínios bem delimitados.

Tudo o que se vive como ameaça à conservação, preservação e expansão é a pedra de toque do negativo. Os movimentos de ideias consolidam-se nessa amálgama de necessidades e interesses, insatisfação e vontade de domínio. Diferenciar, excluir, eliminar são acções bastante humanas na afirmação de modos de agir, pensar e estar e excedem em muito conclusões sociológicas, jornalísticas ou momentos históricos e culturais.

Tudo o que é humano e significa algo para nós tem o seu duplo negativo. Não há civilização ou cultura que não tenha os seus demónios, sombras da sua história que envolvem os objectos que reflectem. Mas a maior parte das culturas tem um problema com o negativo e particularmente com o negativo de si próprias, característica determinante das sociedades doentes que não se pensam a si próprias.

De modo elementar, uma dimensão positiva é sinónimo da cultura dominante, oficial e triunfante e a dimensão negativa de oposição, ameaça ou fardo, próprios da cultura marginal e excêntrica que se exclui ou foi excluída. Mas é múltipla a expressão e importância do negativo; movimentos de ideias catalogados de negativos, movimentos que se assumem como negativos e movimentos que expressam o negativo dentro de uma cultura dominante⁴.

Três acepções nucleares dos movimentos de ideias destacam-se e expressam a sua importância como constituição mental. Primeiro, uma acepção proeminente do negativo como oposição⁵ à cultura dominante, triunfante e vigente – o positivo. Há toda uma tradição que apresenta o positivo como falsificação e contrafacção. Visto a partir dos olhos do negativo é esse positivo que é nocivo. É possível constituir uma história quer sobre os movimentos e atitudes não assimiladas pelas práticas da ideologia triunfante, quer sobre o modo como esse poder percepciona esses movimentos, os transforma em ameaça, estigmatiza e anula. A segunda acepção do negativo refere-se à circunscrição feita a partir das percepções e representações da cultura dominante. Negativismo, degenerescência, falsificação e maleficência são qualificativos comuns para as oposições que o outro afigura. Nenhum projecto ou prática de poder se legitima sem a apresentação do seu negativo e delimitação de ameaças, adversários e inimigos. Os movimentos de ideias que apresentam o “sonho” como “pesadelo” são cunhados como um negativo desse modelo dominante. Uma terceira acepção refere-se à constituição do negativo de si mesmo por parte de uma cultura. Essa é uma história tanto dos arrependimentos e das derrotas como dos desenganos e clarividências.

Nenhuma destas acepções se situa apenas no plano das ideias e assume frequentemente a forma de conflitos que conduzem inclusive à violência, segregação, discriminação e mesmo aniquilação.

Apresentar uma teoria das construções e representações negativas contemporâneas que fundamentam os nossos discursos e práticas é indissociável das noções de crença, fé, mito, utopia e religião, chaves inactuais da compreensão da História e paradoxais, porque a cultura contemporânea não problematizada surge rotulada de científica, secular e racionalista. Os conteúdos destas noções, mais que novidades, expressam reapropriações e concretizam-se mais como subprodutos ideológicos que como produtos. Aperfeiçoamento, salvação e verdade não são conceitos anacrónicos ou arcanas teologias, mas operadores invisíveis e definitivos também no projecto ideológico do que chamamos a presente modernidade e da sua oposição.

Estas chaves são preenchidas por duas posições distintas mas substanciais sobre a essência e condição humanas. Uma revela o “fascínio” para com o tipo de homem e mundo que gerámos, outra destaca o “horror” e “apocalipse” em relação a essa mesma realidade. A nossa acção e conhecimento apresentados como “salvação” mas também como “perdição” marcam bem essa diferenciação. Estas posições conduzem-nos às linhas essenciais da História e da Cultura.

É nas utopias⁶, lugares de felicidade e das qualidades positivas de bem e perfeição e nos seus resquícios, que encontramos quer as razões, diria mesmo ontológicas, quer os conteúdos dessa dimensão positiva das sociedades.

⁴ Auguste Morel, *Traité des Dégénérescences*, publicado em 1857, caracterizava a degenerescência como um desvio malsão de um tipo ideal. Esta é uma posição paradigmática de uma cultura dominante em relação ao que se lhe opõe.

⁵ Pasolini, numa entrevista “Siamo tutto en pericolo – La stampa 8 /11/75”, algumas horas antes da sua morte, cunha este exemplo: “A recusa sempre foi um gesto essencial. Encontramo-la nos santos, nos eremitas, mas também nos intelectuais. Os poucos que fizeram história são aqueles que disseram não, e nesses não se encontram em absoluto os cortesãos ou os ajudantes dos cardeais. A recusa para funcionar deve ser grande, não pequena, mas total, não sobre este ou aquele ponto, “absurdo”, não no sentido comum”.

⁶ Ou Eutopia. O início do segundo livro de Tomas Morus é bem explícito sobre o programa utópico. Utopus, o legislador filósofo após a conquista do território, não só realiza uma remodelação geográfica, mas especialmente uma modelação política e social. O que era uma horda de bárbaros transforma-se numa superior e incomparável comunidade de cidadãos civilizados. Em termos concretos, o que está em causa é uma nova ordem política e social governada por princípios de justiça moral e económica que figurariam um plano ideal de justiça e harmonia. Desejável e ideal, a ordem apresentada e a perfeição coincidem.

[Reconhecemos o] papel da consciente vontade humana em sugerir um veio de desenvolvimento para a sociedade, o alinhamento inconsciente da sociedade em conformidade com um qualquer ideal positivo. Na sua manifestação activa podemos também pensar a utopia como a realização

⁷ Joyce Oramel Hertzler, *The history of Utopian Thought*. London: Georg Allen&Unwin, 1922, p. 268.

⁸ Veja-se como a noção precursora da aceção moderna de progresso, que se situa no Renascimento, significa ainda o modo como se recupera os ideais da Antiguidade.

⁹ John Gray, *Black Mass*. London: Farrar, Straus and Giroux, 2007. Nesta aceção, os acontecimentos fulcrais dos últimos dois séculos são episódios da história da fé.

¹⁰ Veja-se a longínqua tematização da teologia política como laicização da teologia.

¹¹ Cioran, *Oeuvres*. Paris: Gallimard, 1995, p. 70.

¹² A deterioração do mito e a confusão conceptual são visíveis na contrafacção das antigas mitologias. O que o eterno presente, a harmonia universal e a duração estacionária simbolizam está presente de modo antagónico na concepção revolucionária, que enforma o carácter das transformações políticas, sociais e económicas a partir do final do século XVIII.

¹³ *Idem, ibidem*, p. 1036.

¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 1054.

em vida de ideais aparentemente inalcançáveis, pois agora sabemos que existe um potencial de ideais inspiradores que impelem definitivamente, e todavia inconscientemente, os homens a torná-los reais; neles sopra um espírito que dá esperança e encoraja a acção.⁷

As apresentações e concretizações de projectos de vida e bem comum, as orientações sobre o como viver, são reguladas por ideais positivos; num duplo sentido, afirmam-se de modo frequentemente categórico, indiscutível, absoluto e inquestionável mas também como promessa e caminho inelutável de aperfeiçoamento das condições de vida individual e social. O melhor modo de conhecer a dimensão positiva, dominante, oficial e vigente da história radica em conhecer as suas receitas de felicidade, os seus salvadores, as suas soluções e dogmas.

A força utópica transforma-se de modo acabado a partir do século XVIII em ideologia. Noções como progresso⁸, novidade e futuro não são já categorias decalcadas principalmente de uma transformação espiritual mas social e política. Esta providência laica tornou-se objecto para os novos teólogos e metafísicos, os sociólogos, politólogos e jornalistas.

Para John Gray⁹ assiste-se ao regresso da religião numa visão laica¹⁰ e degradada sob a forma de mitos políticos. As ideologias baseadas nas promessas e conquistas da ciência e na rejeição das fés tradicionais são devedoras do mito do apocalipse e da crença no fim dos conflitos e da própria História. A política moderna e a própria modernidade são um capítulo da História da Religião e a visão neoliberal e economicista uma sectarização desse capítulo.

A expressão actual da modernidade – a contemporaneidade – é um conjunto de detritos de mitos religiosos e projectos utópicos. Cioran¹¹ destaca o declínio da força utópica das nossas produções e a respectiva degradação em criações menores, subprodutos que são as ideologias, expressões vulgares das visões messiânicas e utópicas¹². As utopias no mundo contemporâneo associam-se de modo secularizado ao apocalipse e à catástrofe, pelos novos infernos e fins que prenunciam. “Há fórmula apocalíptica, em breve será o fim de tudo; e haverá um novo céu e uma nova terra, a utopia introduz uma pequena mas tremenda alteração... em breve será o fim de tudo; e haverá uma nova terra”¹³. Esta é a estrutura ideológica do positivo contemporâneo (Occidental).

A destruição da metafísica, da religião e da transcendência tem consequências profundas nas construções ideológicas e nas estruturas mentais, mas esses domínios continuam de modo latente e deformado a constituir as nossas representações. O céu na terra é a fórmula dos *contos de fadas monstruosos* quer das versões aparentemente benignas do humanismo impraticável, do estado social, quer do capitalismo financeiro, do Comunismo ou do Nazismo, salvaguardando as diferenças.

A ideia de modernidade, no presente, a sua sombra e resquícios constituem mais uma ideologia, um projecto político, que uma periodização histórica. A sua contestação constitui um traço distintivo entre uma cultura designada de positiva ou negativa. A sua dimensão positiva perdeu a ingenuidade filosófica, a crença na perfectibilidade e nas virtudes racionais humanas, sinónimo de progresso moral, já não são um fim mas um meio.

É antiga a disputa entre Santo Agostinho e Pelágio que antecipa toda uma tradição, de um lado a dependência das nossas imperfeições, de um outro, a crença na capacidade ilimitada de aperfeiçoamento que só depende do próprio homem. Esta última será precursora dos mitos modernos e, nessa linhagem, entronca Condorcet, influenciando também Saint-Simon e Comte, em concepções aparentemente opostas como o Marxismo e o Neo-Liberalismo.

[E]xiste no pensamento moderno, hostil ao agustinianismo e ao jansenismo, toda uma corrente pelagiana – a idolatria do progresso e as ideologias revolucionárias serão o seu culminar – segundo as quais formaríamos uma massa de eleitos virtuais emancipados do pecado original, moldáveis a gosto, predestinados para o bem, susceptíveis de todas as perfeições.¹⁴

Transformar a história em paraíso está subjacente na cultura triunfante seja nas intenções mais ingénuas às mais pragmáticas. A crença fundamental e o modo de acção que permite ler as características essenciais da cultura positiva estão bem patentes na obra de Cioran *Historie et Utopie*:

Triunfar sobre os nossos semelhantes, depois sobre Deus, querer refundir a sua obra, e corrigir-lhe as imperfeições... improvisados em Demiurgos nós queremos, pelo nosso lado, fazer melhor que Deus, infligir-lhe a humilhação de um paraíso supremo ao suprimir o irreparável, “desfatalizar” o mundo”... no seu desenho geral, a utopia é um sonho cosmogónico ao nível da¹⁵.

¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 1053.

¹⁶ Zeev Sternhell (org.) *O Eterno Retorno*. Bizâncio: Lisboa, 1999.

¹⁷ J. Ballard, *Gente do Milénio*. Lisboa: Quetzal Editores, 2004, p. 148.

É na modernidade que a mundividência Ocidental, determinante do aperfeiçoamento do homem e da sociedade que se realiza na História através da acção e de um conhecimento ilimitado e perpétuo, adquire uma autonomia ideológica inédita que tudo legitima e funda. A racionalidade, secularidade e cientificidade, fundamentos desse projecto que parecia hegemónico e imparável, há muito que não são apenas ideias ou intenções e encontramos-as desmultiplicadas como desenvolvimento, eficácia, rentabilidade e sucesso que determinam as nossas opções capitais. Essas concepções modelam as sociedades contemporâneas e as suas representações sociais e políticas. Esse conjunto de ideias em crenças filosóficas e religiosas assumiram a figura de um sucesso imparável que domina os modos correntes de viver e pensar. Razão, ciência, ética, justiça, tecnologia e mercado coincidiram nesse aperfeiçoamento e constituem simulacros de antigas divindades e crenças, fruto da nossa necessidade permanente de ficção e mitologia.

Zeev Sternhell e Habermas¹⁶ traçaram de modo conciso a identidade moderna desse positivo. A utopia das Luzes constituiria o terreno mais sólido e mesmo o único onde seria possível construir uma sociedade mais justa e livre. Nenhum sistema de pensamento teria substituído vantajosamente a crítica racionalista, o humanismo universalista e a fé no progresso, elementos que estruturam o modelo triunfante da nossa História e Cultura. Negar as utopias subjacentes a esse modelo predominante de sociedade consistiria em minar os fundamentos da modernidade no que ela contém do projecto das Luzes. O anúncio de uma pós-modernidade revela-se ainda prematuro.

A modernidade como projecto ideológico não está concluída e o Ocidente não se refere tanto a uma designação geográfica como ao espaço mental onde esta se concretiza. O projecto político apresentado e vivido como cultura positiva, a visão e missão, primeiro europeia e depois americana, do mundo constituíam o modelo dominante e exemplar até há bem pouco tempo, mas o seu alcance ideológico e económico e a globalização com estratégia final e total da exportação desse modelo têm afinal resultados descontrolados e imprevisíveis.

A modernidade vê eclodir uma sombra sua que repudia, reflectida não só através de representações e percepções opostas, mas também no terror das suas próprias consequências práticas que agudizam de modo único a dúvida sobre o outro e sobre si mesmo. Negativo e positivo adquirem na História um grau de incerteza desconhecido e impróprio às nossas capacidades de resolução. As perplexidades e medos que nos acompanham desde a origem da consciência nunca estiveram tão expostos porque se materializaram.

Pensamos que acreditamos em Deus, mas estamos aterrorizados com os mistérios da vida e da morte. Somos profundamente egocêntricos, mas não conseguimos lidar com a ideia dos nossos eus finitos. Acreditamos no progresso e no poder da razão, mas somos perseguidos pelos aspectos mais sombrios da natureza humana. Estamos obcecados com o sexo, mas tememos os nossos corpos e, sobretudo, tememos a morte. Somos um acidente da natureza, mas pensamos que estamos no centro do universo. Estamos a alguns passos do oblívio, mas temos esperança de sermos de alguma forma imortais¹⁷.

O negativo na modernidade Ocidental já não é ciência certa e os sonhos dogmáticos, mesmo os de uma época onde dispomos de recursos inauditos, tornam-se periclitantes. A época das respostas científicas é mais frágil do que as dos que dependiam apenas de uma fé. A sede de imortalidade, a perfeição e o domínio ilimitado, apesar da sua cientifização não perderam o carácter diabólico.

A segunda parte desta investigação é sobre o “caso” português.

Trata-se de incidir particularmente sobre um quadro do negativo aplicado à Cultura Portuguesa: a importância da visão negativa sobre nós próprios; as representações portuguesas do negativo, do mal e do outro; a afirmação de uma identidade por contraposição,

¹⁸ Cf. José Eduardo Franco (coord), *A Dança dos Demónios*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2009.

¹⁹ Eça de Queiroz, Oliveira Martins, Antero de Quental, Ramalho Ortigão, Rosa Peixoto, Adolfo Coelho.

²⁰ António Sérgio, Teixeira de Pascoes, Fidelino de Figueiredo, Domingos Monteiro.

²¹ António Quadros, Jorge Dias, Vasco Pulido Valente, Eduardo Lourenço, Virgílio Ferreira, Manuel Antunes, Almeida Faria.

²² Manuel Antunes, *Repensar Portugal*. Lisboa: Multinova, 2005, p. 3.

²³ Maria de Lurdes Belchior, *Sobre o carácter nacional ou para uma “explicação” de Portugal*. Lisboa: Nação e Defesa, IDN, 1982, p. 26.

os seus conceitos e argumentos; os movimentos de ideias sobre o negativo que surgiram em autores nacionais e estrangeiros; a recepção de movimentos de ideias que serviram para interpretar e pensar Portugal.

Importa principalmente saber como se construíram, recepcionaram e apropriaram esses movimentos e qual o seu impacto na ordenação mental e social colectiva. Deste modo reconstróem-se criticamente as representações e percepções oficiais e triunfantes e os seus modos de interpretação.

Uma visão negativa, a sua predominância e insistência, é precisamente uma das características principais numa autocaracterização dos Portugueses sobre a sua identidade – modo de estar e de ser. O negativo tem, nesta acepção, uma conotação pejorativa e constitui paradoxalmente um modo de afirmação.

Uma outra tematização para uma compreensão geral do negativo encontra-se em José Eduardo Franco¹⁸, no seu trabalho sobre os mecanismos de intolerância e de oposição ao “Outro” que marcaram e marcam a cultura e mentalidade portuguesas.

A abertura à amplitude das manifestações concretas do negativo permite interrogar o modo como a cultura oficial criou e percebeu diferenças ameaçadoras e como essas diferenças perceberam a cultura dominante. Esta inquirição opera-se sobre os discursos e práticas da ideologia relacionados com designação do negativo, e sobre os movimentos e correntes negativas face à ideologia da cultura dominante. Veja-se as cambiantes e extensão dos epítetos “fascista” e “comunista”, “democrata” e “antidemocrata”.

Esta busca cumpre também um desígnio Pessoaano, em que Portugal para se reencontrar, tem de se compreender. Não se trata de alimentar, justificar ou contestar esse negativo mas de compreendê-lo. Há uma tradição, mais que uma ideologia – diria mesmo uma filosofia do negativo –, que antes de ser percepção exterior é autopercepção e auto-representação frequentemente simultânea com exaltação excessiva de “melhores do mundo” que assume contornos de “caso” português.

Uma das questões principais que perpassa a história do nosso ensaísmo é a necessidade e desafio de constituir os fundamentos de um modo de ser Português e estar no mundo. Elementos fundamentais para o estudo do carácter nacional e personalidade do povo português, o enigma de ser Português, modo português de ser e estar no mundo, espírito da Cultura Portuguesa, análise mental da vida portuguesa, paisagem social portuguesa, psicanálise do destino português, problema nacional, constituíram títulos de obras importantes e linhas de investigação antropológicas, filosóficas, etnográficas, psicológicas, literárias, políticas e sociológicas bem patentes particularmente desde a segunda metade do século XIX¹⁹ até à primeira metade do século XX²⁰, e menos no fim do século XX²¹ e início do século XXI.

Se a temática já não surge em toda a sua exuberância tal não significa que não subsista em importantes investigações e discursos e continue a solicitar clarificação. Neste domínio fazemos nosso o espírito das palavras do Padre Manuel Antunes: “Apesar de todos os esclarecimentos ‘as coisas ainda não estão claras’”²². Na verdade continuamos a falar para afirmarmos que não é possível falar e de modo tímido dizemos tratar-se apenas de aproximações, tentativas e tentações.

A importância de uma identificação de um modo de ser Português foi um projecto ideológico, como ideológico é o esforço de apresentar um novo Português moderno, competitivo e europeu. A delimitação de um negativo e um positivo são axiais nesses dois projectos.

A nossa hipótese defende que a visão negativa sobre nós próprios é, mais que a influência, recepção ou construção de movimentos de ideias, um dos elementos capitais da Cultura Portuguesa. Essa visão justifica mesmo os movimentos que são cruciais na nossa organização política, social e mental.

Maria de Lurdes Belchior, ainda nessa procura sobre uma explicação de Portugal e do carácter nacional, conclui: “Se fizermos um balanço das definições, dos juízos de valor ou das apóstrofes, com que os autores portugueses... têm tentado caracterizar o povo português e o seu modo de estar no mundo, verificamos que não é muito positivo o saldo”²³. Acrescentamos não se tratar apenas de autores mas de percepções colectivas e da existência de elementos comuns a épocas e autores.

Uma tese central defende que as representações e percepções sobre o negativo dizem-nos melhor que qualquer outra opção o que somos, desejamos, tememos e afirmamos. Qualquer estudo sobre elementos fundamentais da nossa cultura, estrutura psíquica ou personalidade é mais pregnante se derivar dessa metodologia.

Investigar o que somos está irremediavelmente condenado ao fracasso, nunca é consensual, carece de modo irreparável de rigor e evidência e é para afastar de vez. Só constitui um domínio plausível a investigação sobre aquilo que pensamos que somos, as imagens e percepções que construímos sobre nós próprios e porquê.

Nos últimos dois séculos fizemos nossos mitos e utopias comuns ao espaço Europeu e Ocidental e procedemos ao sincretismo dos nossos mitos específicos e particulares. Um exemplo dessa especificidade é o movimento exótico da Filosofia Portuguesa, dos nacionalismos místicos, quinto-impérios, missões civilizadoras de fundo espiritual, pseudofilosófico, exotérico, político e religioso. Saudosismos e Sebastianismos já não têm correspondência efectiva num modo de estar e pensar, são apenas idealizações e mistificações de grupos restritos sem correspondência com o concreto. O seu carácter folclórico está reduzido a uma espécie de devaneio poético-filosófico e religioso desfasado do país e do tempo e cristalizados num tempo e espaço outro da acção e do pensar, a que não serão alheios o secular isolamento geográfico e mental. Actuantes continuam ainda as utopias socialistas e positivistas recepcionadas no século XIX. Interessa neste século, no caso português, destacar a Maçonaria, o Laicismo, o Anticlericalismo, o Livre Pensamento, a Carbonária, portadores de ideias e teorias que provocaram convulsões determinantes no modo de pensar e organizar a sociedade e as mentalidades. As novas políticas liberais, os ideários da República, do Socialismo, do Cientismo e do Positivismo anunciavam uma “nova aurora”. As suas ligações são basilares para a compreensão da ideia de modernidade e a declinação dos seus mitos e utopias. Estes movimentos de ideias e estratégias políticas e ideológicas preencheram o imaginário das representações negativas nacionais e eles próprios alicerçam-se também em percepções negativas que constituíam os seus alvos nas transformações sociais e mentais. Por exemplo, Manuel Curado refere a importância da ideia de degeneração na segunda metade do século XIX, e o modo como filósofos, médicos e outros intelectuais ampliaram as ideias de Auguste Morel de modo a interpretarem a sociedade portuguesa²⁴.

Este quadro adquire uma tonalidade extravagante e um desenvolvimento atípico ao desembocar em quarenta anos do regime salazarista. Vemos o nacionalismo português atribuir à nação um lugar providencial na história da Humanidade, destacar o seu papel charneira no mundo, esteio do advento da modernidade através da expansão marítima e precursor da globalização. Papel que, na maior parte das vezes, os outros não destacam ou sequer reconhecem. Mesmo perante o triunfo do materialismo capitalista que já se pressentia estender a todo o planeta, Portugal seria o farol do projecto exclusivamente espiritual do cumprimento universal do Cristianismo e dos valores da fé, exemplo a seguir para a salvação da crise contemporânea. Até em termos transcendentais, é em Portugal que a Virgem Maria comunica o fim do Comunismo.

Jorge Dias dizia-nos, em 1965, acreditar que os factores basilares de permanência do carácter nacional estavam seriamente ameaçados. Afirmção datada, acontecimentos históricos locais e mundiais próprios da vertigem do século mais rápido de sempre trariam forçosamente algo de novo, mas a intuição permanece. Resta saber ao certo o que mudou e como construímos as imagens dessa mudança. Conhecer essas características é, seguindo a linha da nossa investigação, secundário em relação ao modo como a percebemos. No essencial, a visão negativa sobre nós próprios permanece sempre retomada.

Uma revolução isolada no tempo, estamos nos anos setenta do século XX na Europa Ocidental, desenvolvida num espaço temporal de breves anos quando demorou décadas a amadurecer em outros países, em breve transportará Portugal para o presente e aproximá-lo-á da “realidade”, permitirá uma reconfiguração do que é o positivo e o negativo. A grande obra da uniformização democrático-económica assimilou e é assimilada por Portugal no fim do século XX. Algo se perde, a vitalidade de alguns círculos intelectuais e políticos do século XIX e início do século XX não terá paralelo no fim do século XX e início do século XXI.

A retórica e exigências da democracia capitalista invadem a política, um conjunto de conceitos é apropriado pelo sistema político dominante e pelas elites económicas e caucionado maioritariamente pelas elites intelectuais como promessa de acesso a uma ideia de primeiro mundo. Esses conceitos e novos critérios constituem o pilar desejado da contemporânea organização mental; sucesso, mérito, empreendedorismo, mobilidade, adaptação, desenvolvimento, competência pertencem a um novo léxico. Institui-se uma racionalidade que decorre do funcionamento mais eficaz da economia aplicada à vida social que regula leis, relações, poder e modos de submissão. A pertença de Portugal à União

²⁴ Antero Quental, Basílio Teles, Manuel Laranjeira, para destacar apenas alguns.

²⁵ A famosa teoria do *Oásis* foi bastante discutida em 1992 e 1993.

²⁶ As expressões «O país está de tanga», o «país está um caos» são do ano de 2002.

²⁷ Discurso 16 de Dezembro de 2001, após as eleições autárquicas mas quais o seu partido político, socialista, não perdeu. «(Portugal) cairia num pântano político se continuasse como primeiro-ministro».

Europeia, aos seus tratados e ditames, a entrada no Euro, obrigam a um funcionamento e discurso regido de fora para dentro. Esses factores geraram um outro discurso onde positivo e negativo se clarificam de modo inequívoco. Portugal descobre-se Europeu e Moderno. Mas as noções intrínsecas e permanentes de decadência, inferioridade, degenerescência, trauma, crise e pessimismo continuam presentes. Como presentes continuam as dicotomias estruturantes do passado e futuro onde o presente é apenas o lugar esquivo para olhar para trás ou para a frente e compreendermo-nos de modo bipolar e inseguro. Actuantes continuam velhos conceitos como progresso, desenvolvimento e bem-estar social, apenas os seus conteúdos variaram.

Os mitos do progresso *versus* conservadorismo continuam latentes. Em 2010 o primeiro-ministro apoia o candidato presidencial Manuel Alegre pelo motivo principal que ambos perfilham do *progressismo*. Tony Blair fala da sua linha política onde situa José Sócrates, no *reformismo progressista*. Ana Paula Vitorino, secretária de estado dos transportes em 2008, definia a doutrina dominante após a apresentação de um projecto, e atente-se na terminologia, *valorização do património imobiliário ferroviário* de uma cidade alentejana, “o PSD critica os investimentos no TGV, nas estradas, nas barragens e na ferrovia em geral”. “Quando um partido com responsabilidades, por ser o principal da oposição, vem criticar tudo quanto é investimento público, que é o motor do desenvolvimento da nossa economia e do bem-estar social, não posso deixar de os apelidar de velhos do Restelo”.

As degradações dos grandes mitos também nos aguardavam no fim do século XX, o mito do gestor e do empreendedor, a nova hagiografia laica de um treinador e jogador de futebol como orgulho da nação, “os melhores do mundo” em simultâneo com a importância de alguém que ponha o país na “ordem”, país que é tanto “o últimos dos primeiros” como “o primeiro dos últimos”.

O grande designio reside agora na mudança da percepção sobre a identidade portuguesa. O novo tipo de representação positiva consiste em ser “modernos”, “europeus”, formatados com o espírito do tempo e assumir qualquer oposição como obstáculo ao sucesso, desenvolvimento e progresso. Este acertar o passo com a modernidade assume a figura de uma ideia problemática de Europa como ideologia, essa mistura de Democracia, princípios humanistas, preocupações sociais e valores, mas perplexos perante a subordinação à lógica do mercado e aos preceitos neoliberais.

Este novo Portugal ensaiado e propagado pelas elites possíveis, jornalistas e comentadores a partir dos anos oitenta do século XX tem como objectivos uma mudança radical da imagem, do discurso e da acção do país, ousamos mesmo falar de um novo homem, um país pela positiva contra o pessimismo.

Na década de noventa do século XX o primeiro-ministro Aníbal Cavaco Silva falou de um Portugal no *pelotão da frente*, do *bom aluno* europeu, o seu ministro das finanças Braga de Macedo²⁵ proclamou o *oásis*. Iniciam-se grandes obras públicas como afirmação simbólica do país, o Centro Cultural de Belém, a Expo 98, o surto de auto-estradas e betão, a transformação repentina da paisagem, o consumo generalizado, o Campeonato da Europa de Futebol e os seus estádios.

Os verbos como liderar e inovar, temas como novas tecnologias, novas energias, a obsessão com o novo, as reformas “indispensáveis”, sempre repetidos e destacados à exaustão, são o jargão do novo discurso ideológico. Permanente é também o foco reiterado de sermos a excepção positiva que frequentemente se revela negativa. Veja-se a importância que o primeiro-ministro José Sócrates, já no século XXI, atribuiu a “sermos os últimos a entrar na crise” económica e financeira que assolou o mundo ocidental e os “primeiros a sair”, apagando dados importantes da realidade que demonstrariam a irrealidade dessas afirmações. A inexistência notória de um pensamento crítico permite que o *marketing* funcione como propaganda e se transforme em conhecimento ampliado pelos seus maiores difusores, os meios de comunicação. Refira-se que a existência de meios de comunicação livres e privados surge em Portugal apenas a partir dos anos oitenta.

Alcançados os padrões europeus e os índices de desenvolvimento positivos estabelecidos pela OCDE, não há unanimidade sobre a história do nosso êxito, resta a dúvida se este progresso não se deve a um atraso tal que só poderia melhorar. Continua a oscilação de perspectivas que coincidem num tempo curto. O país de sucesso, o país que está na moda é o mesmo país que está de “tanga” do primeiro-ministro Durão Barroso²⁶, ou o “pântano” do primeiro-ministro António Guterres²⁷. O exemplo português é também o do país falido e incumpridor dos critérios de europeidade, elemento dos PIGS, nomenclatura europeia para os países menos credíveis da zona Euro. No fim de

2010, novamente a crise, a incapacidade, o fantasma do atraso e da incompetência, a decadência, a depressão. ▽

Resumo

Este texto anuncia um trabalho sobre o negativo e do negativo sobre a nossa condição, história, pensamento e cultura. A realidade pode e deve ler-se numa imagem em negativo. A sua lacuna conduz-nos a uma visão unilateral da História. Fornecer o quadro e os princípios metodológicos para a investigação do negativo aplicado às representações e percepções humanas; mostrar a sua importância e pertinência é o caminho que aqui se apresenta.

Palavras-Chaves: Negativo; História; O Outro; Cultura; Sociedade.

Abstract

This text presents our work about the negative. The negative in our condition, the negative in our history, in thought and in culture. Reality can and should be read in negative terms. The lack of this inevitably provides a misleading vision of History.

To supply the context and the methodological principles necessary to make research about the negative, when applied to the real of human perception and representation, and to show its importance and relevance is the outline of this paper.

Key-words: Negative; History; The Other; Culture; Society.